ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2973/2023

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte três, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de **GERMANO BREMM**, **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade** – **SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Angelita Silveira de Farias (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus**; Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Rafael da Silveira Velho (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Joel Goldenfum (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Ricardo Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Valdir Fiorentin (2ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Natan Arend (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – Senge/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.**

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Adroaldo Venturini Barboza (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos

(1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

SECRETARIA EXECUTIVA: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Apresentação: Entrega 1 da Consultoria Técnica para Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre - Ernst & Young.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h20min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h20min. Temos *quorum*. Então, declaro oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Hoje uma pauta é bastante especial, temos a presença ilustre aqui de todo o time da consultoria contratada na nossa cooperação internacional com o PNUD. A Ernst & Young, representada aqui pelo coordenador do projeto, o Diogo, a quem eu gostaria de saudar em nome de todos os representantes da consultoria, das mais diversas áreas que hoje vão apresentar, de acordo com a instrução normativa que regula os procedimentos de revisão do Plano Diretor. Então, é a consultoria hoje, conforme previamente indicado na nossa pauta, que vai fazer apresentação do produto 2, ou seja, o diagnóstico do Plano Diretor vigente. Como os Conselheiros já sabem, nós estamos dentro da etapa de revisão do Plano Diretor, quase que na finalização da Etapa de Leitura da Cidade, estamos produzindo as oficinas temáticas. Ontem demos início às oficinas temáticas, no tema Ambiente Natural, ao longo aí das próximas semanas a gente vai evoluir em cada um desses eixos, até nós concluirmos a Etapa de Leitura da Cidade e podermos avançar para a Etapa de Sistematização e Propostas. E lá no final do ano a gente ter condição de avançar para a terceira etapa, a etapa de fato, que é a construção da minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor, a ser submetido à Câmara de Vereadores. Só que em paralelo a essas leituras, especialmente, a Leitura da Cidade, existe todo um trabalho sendo conduzido em paralelo pelos grupos de trabalho, as

reuniões que têm acontecido dos diversos grupos de trabalho, nos termos que prevê a instrução normativa aprovada por este Conselho, que é o grupo de trabalho técnico operacional, o grupo de trabalho das regiões, das entidades, enfim, são diversos atores desse processo. E também, de forma concomitante e com um olhar, naturalmente, mais técnico, aprofundado, a consultoria trabalhando nesses diversos produtos que vão nos dar depois a possibilidade de a gente, no momento de construção das propostas, fazer esses cruzamentos de qual é a leitura comunitária, a leitura da cidade, qual é a leitura mais técnica que está sendo subsidiada através da entrega desses produtos, como, naturalmente, também a visão e expertise de todo o time que trabalha no planejamento urbano da cidade. Então, a partir disso a gente começa a construir as propostas e, em paralelo a isso, todos os respectivos produtos. Então, especialmente, hoje temos a apresentação dentro do cronograma, a gente prevê o produto 2, que são os respectivos diagnósticos. Aí eles vão envolver a evolução urbana, o desenvolvimento socioeconômico, o transporte, mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento rural, paisagem, patrimônio cultural, turismo, todos os temas que envolvem o planejamento e desenvolvimento urbano da cidade. Então, é uma apresentação que a gente tem uma expectativa de ser desenvolvida por cerca de uma hora e depois a gente abre para perguntas. A Camila fez o envio das orientações, que, eventualmente, dentro da apresentação vai ter uma fala de um dos consultores em espanhol. Então, existe a possibilidade dentro do aplicativo Zoom em ouvir a tradução, que vai ser feita em tempo simultâneo. Qualquer dúvida depois também a Ana Luiza acho que pode, eventualmente, repetir a orientação. A gente passou as orientações pelo WhatsApp, pelo e-mail também e qualquer dúvida a Ana pode nos ajudar. Mas vamos iniciar, então, de imediato, a ouvir o nosso coordenador da Ernst & Young, o Diogo, para fazer essa introdução, contextualização desse produto. Diogo, por favor, fique à vontade.

2. APRESENTAÇÃO: ENTREGA 1 DA CONSULTORIA TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE - ERNST & YOUNG.

Diogo Mac Cord, Coordenador da Ernst & Young: Obrigado, Germano. Boa noite, Conselheiros. Eu acho que este é um momento bastante aguardado aí por muitos, fruto de um trabalho muito grande que foi feito, tanto pelo time da Secretaria da SMAMUS, e agradeço na pessoa do Secretário Germano e da Diretora Patrícia esse esforço hercúleo que foi feito, de todo o time. Aqui da EY, eu agradeço diretamente a Gabi, que vai falar agora, continuar a apresentação. Todo o time da EY, dos parceiros. É uma equipe, como vocês sabem,

multidisciplinar, além da agenda urbanística que se reúne, os especialistas na área ambiental, econômica, jurídica, social, infraestrutura, enfim, é um grupo bastante grande. Eu acho que todos sabem do esforço que foi este trabalho e muito vocês nos ajudaram diretamente nas visitas de campo que nós fizemos, que foram absolutamente formidáveis. Eu acho que esse esforço fica potencializado pela tradição que a gente tem no Brasil de ausência de dados robustos, que a gente possa usar no planejamento urbano de maneira geral. Mas, eu acho que mesmo assim a gente conseguiu vencer essa etapa, a SMAMUS ali no esforço incrível nos ajudou a buscar essas informações com várias outras secretarias da Prefeitura, do Governo do Estado. E acho que no final, realmente, ficou um trabalho muito robusto e muito interessante. Então, sem mais delongas aqui, eu passo para a Gabi iniciar a apresentação. **Gabriela Perez, Ernst & Young:** Obrigada, Diogo. Bom, boa noite a todos. A nossa intenção hoje é apresentar o nosso produto 2 de conceitos e diagnósticos. E acho que eu começo aqui destacando que é um produto que possui mais de 700 páginas. Então, é um desafio apresentar todo esse conteúdo de forma resumida e abrangente ao mesmo tempo. Então, a gente tentou trazer aqui todos os capítulos que a gente montou dentro do nosso produto. A gente traz aqui a agenda. Então, é nossa primeira parte, a gente vai apresentar um pouco das considerações gerais e dos principais procedimentos realizados. A segunda parte, eu vou apresentar um pouco sobre a caracterização do território em 13 temas diferentes, que serviram de subsídio e foram fundamentais para a gente concluir o diagnóstico do produto como um todo. Na terceira parte o Vítor Carvalho, que é o nosso parceiro especialista em Direito Urbanístico, vai apresentar a caracterização do SMGP. E logo depois eu volto para apresentar a quarta e quinta parte, que são os comparativos em diferentes escalas e a importância da ODS e da nova Agenda Urbana no contexto desse projeto. Por fim, aqui na sexta parte o Roberto Convert, que é ó Arquiteto Urbanista da Oficina Urbana, a nossa empresa parceira e especialista em planejamento urbano, vai apresentar o diagnóstico dos componentes do modelo espacial. É nessa parte em que a apresentação vai ser feita em espanhol. Então, nesse momento vocês vão contar com a tradução das nossas intérpretes Meg e Patrícia, como o Germano explicou e como a gente já encaminhou para as instruções. Mas, qualquer dúvida, a gente pode fazer uma pausa para explicar como é o ícone que a gente precisa apertar. Bom, aqui a gente mostra um pouco do andamento do nosso trabalho, neste momento a gente está finalizando o produto 2 de conceito e diagnóstico. E a gente inicia a elaboração dos produtos 3 e 4, que serão entregues conjuntamente e que representam a avaliação das estratégias, modelo espacial e

SMGP, e consolidação da percepção da cidade. E ela tem previsão para finalização em junho deste ano. E depois disso a gente vai ter cerca de 4 meses de trabalho para finalizar toda a nossa participação aqui e durante esses 4 meses, de hoje até o fim da nossa participação, vão acontecer diversos momentos de participação social e também da nossa apresentação do trabalho como um todo. Bom, entrando agora um pouco no produto em questão, foram entendidos quatro grandes objetivos: a caracterização do território em diversas escalas; a caracterização da eficiência e eficácia do planejamento estratégico do sistema de gestão urbanística; avaliação crítica dos conceitos e diretrizes e o diagnóstico do território em relação aos 9 componentes do modelo espacial. As etapas, como a gente já explicou, elas consistiram na caracterização no território, do SMGP, a relação do PDDUA com as ODs e a nova Agenda Urbana e, por fim, o diagnóstico. E a gente achou importante trazer também aqui os principais procedimentos realizados para conseguir entregar esse produto. Então, no primeiro momento a gente concentrou os nossos esforços em coletar e tratar os dados recebidos, em realizar análise quantitativa desses dados. Eu acho que a gente fez uma lista de mais de 100 solicitações e a gente recebeu algo próximo da metade deles. Então, nesse momento, a gente já encontrou um primeiro risco aqui para o nosso projeto, que é a falta ou a inexistência de alguma documentação, e algum dado que a gente precisa para seguir. Então, a gente para mitigar esse possível risco a gente contou com duas estratégias diferentes, a primeira foi desenvolver algumas variáveis Proxy, com base em dados recebidos e que a gente julgou sendo dados estratégicos, capazes de gerar subsídios para análise dos temas que a gente não tinha tanto acesso à informação. Como exemplo, a gente teve o tema da densidade populacional, que o último censo disponível pode ser obsoleto e a gente precisava atualizar esse dado para seguir com todas as análises. Então, a gente, por exemplo, nesse caso usou os ramais de água fornecidos pelo de DMAE, porque a gente entendeu que a mancha urbana era compatível com a mancha urbana atual. Então, isso é só um exemplo de algumas das variáveis que a gente aplicou no projeto. A segunda foi extrair o máximo possível das diversas reuniões que a gente fez durante esse período, acho que, se eu não me engano, foram cerca de 20 reuniões com secretarias, grupos de trabalho, entidades e também com as visitas que a gente fez durante esse período. Foram três visitas bastante produtivas e que a gente foi a campo, a gente fez reuniões presenciais e foram muito boas para a gente poder fazer uma análise qualitativa desse trabalho. E também, considerando as referências bibliográficas, que tanto a SMAMUS quanto a nossa experiência permitiu a gente de utilizar. Eu acho que um último ponto que vale destacar aqui é

que a gente apresentou os mapas e as análises em diferentes formatos, às vezes estão representados por macrozonas, outras vezes por RGPs, *grids* hexagonais ou UEU. E isso aconteceu por conta da base que a gente recebeu, às vezes elas não eram compatíveis entre si. Então, como nesse momento não foi possível homogeneizar todas essas bases, a gente partiu por esse tipo de abordagem, de apresentar através da referência que a gente recebeu, mas a gente entende que aqui a gente já consegue ter um primeiro diagnóstico base desse nosso produto, que a gente entende que tem uma necessidade de criação de uma base única de dados e que seja melhorada a compatibilização entre elas, as diferentes camadas. O Município hoje é subdividido em algumas tipologias, macrozonas, RGPs, UEUs, bairros, talvez se a gente tivesse uma compatibilização entre essas camadas seria fácil de monitorar todos os dados que a gente precisa para ter um Plano Diretor previsível. Bom, aqui na parte da caracterização é onde concentra o maior número de páginas do nosso trabalho, são cerca de 400 páginas dedicadas a essa etapa. Como eu falei, são 13 temas que a gente abordou. Então, para a gente poder resumir cada uma dessas temáticas, a gente optou por apresentar aqui por meio da análise *swot* ou a FOFA em português, que consiste numa técnica utilizada para auxiliar a identificar: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; relacionadas ao planejamento do projeto, e aqui, especificamente, de cada tema que a gente tratou. E aí, para além disso, a gente apresenta também para cada temática o nível de dados disponibilizados diretamente. Então, aqui a gente começa com a evolução urbana, entre as forças que a gente conseguiu identificar, a gente destaca que a mancha urbana é consolidada na Região Norte do Município e a existência de áreas de preservação ambiental. De fraquezas a gente colocou: ocupações fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano rural; avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano rural ou sobre áreas rurais; decréscimo gradual das áreas destinadas à agropecuária e o incremento gradual das áreas não vegetadas. Das oportunidades a gente identificou: regime de uso e ocupação do solo passível de alteração e o programa do 4º Distrito, que contém um sistema inovador de regulação, que consiste em uma pontuação do projeto com base em atributos desejáveis. Já nas ameaças: ocupação informal em áreas de preservação ambiental e falta de disponibilidade de infraestrutura urbana e serviços públicos em determinadas regiões. Dentro dos dados disponibilizados a gente pontuou de 2/5 (dois de cinco). No desenvolvimento econômico as forças identificadas foram: a localização estratégica em relação ao Mercosul, Brasil e RMPA; a infraestrutura consolidada; os setores econômicos tradicionais e estabelecidos; povos universitários e instituições de ensino que

fornecem mão de obra qualificada. Das fraquezas: queda em competitividade em comparação a RMPA; redução expressiva de empregos e estabelecimentos comerciais; baixa diversificação dada a forte dependência em setores de serviços de administração pública. Oportunidades: atividades econômicas com países vizinhos e sinergias com municípios vizinhos; investimento e infraestrutura; diversificação da economia com investimentos em setores emergentes, como tecnologia, inovação, economia criativa, turismo e energias renováveis. E das ameaças: competição contra os estados e outros municípios do Estado; instabilidade econômica gerada por crises internacionais e por decisões da União. Aqui a gente apresenta o mapa de densidade de habitacional por *grid* em Porto Alegre, que foi o mapa que a gente produziu pela nossa variável Proxy. E dentre os dados disponibilizados a gente pontuou ele em 3/5 (três de cinco). Para desenvolvimento social as forças identificadas foram: diversidade cultural; consciência socioambiental presente nos debates sobre o PDDUA; população preocupada com a inclusão social. Para as fraquezas a gente identificou: acesso à oportunidade requer grandes deslocamentos pela cidade; ocupações em áreas de risco. Para as oportunidades a gente identificou: dinamização da cidade com a consequente criação de oportunidade de desenvolvimento; otimização da mobilidade para a promoção da conectividade; desenvolvimento de desenhos urbanos inclusivos. E para as ameaças: deslocamento de investimentos externos para outras cidades e migração de profissionais qualificados para outras cidades por falta de oportunidades atrativas. A gente trouxe aqui o mapa de taxa de alfabetização média em 2010 em Porto Alegre e os dados disponibilizados foram 3/5 (três de cinco). Para transporte mobilidade, as forças identificadas foram: 91% dos ônibus têm acessibilidade a cadeirantes; integração RMPA por meio da Trensurb; primeiro município a publicar legislação sobre regulamentação de transporte por aplicativo; redução significativa de assaltos em transporte público. Para as fraquezas são: vias monocêntricas e congestionadas; percepção de falta de segurança em pontos de ônibus; falta de fiscalização em calçadas, culminando em depredação do passeio público. E para as oportunidades: incentivos legais á fachada e mobilidade ativa; trabalho em conjunto da EPTC com a SMMU; expansão da Trensurb para o transporte municipal e expansão do transporte hidroviário. E as ameaças: envelhecimento populacional e a consequência de demanda de transporte público; expansão da macha urbana e implicar na expansão da malha viária de transporte público. De mapa a gente trouxe aqui como um dos principais a frequência de linhas de ônibus em função da densidade habitacional e de [Inaudível] serviço e comércio. Isso também é uma mescla entre uma variável

Proxy e dados que a gente recebeu. E dentre os dados disponibilizados a gente pontuou de 2/5 (dois de cinco). Para o meio ambiente, as forças que a gente identificou foram: fragmento e significativos de vegetação, especialmente de Mata Atlântica; riqueza de recursos hídricos; percentual significativo de áreas permeáveis; normas ambientais protetivas. De fraquezas: desperdício de recursos naturais pela ineficiência da infraestrutura associada à água e energia; poluição do solo e da água pelo despejo de resíduos e efluentes não tratados; ocupações irregulares em áreas sensíveis. De oportunidades: desenvolvimento do turismo como estratégia de valorização do ativo ambiental; acesso a fundos verdes para a promoção de sustentabilidade urbana; promoção dos corredores verdes e azuis; promoção dos espaços abertos com conexão entre a natureza e as pessoas. De ameaças: riscos associados às mudanças climáticas; pressão imobiliária sobre áreas sensíveis. A gente trouxe aqui um mapa de área de preservação permanente e os dados disponibilizados a gente pontuou de 2/5 (dois de cinco). Desenvolvimento rural sustentável, as forças foram: recursos naturais abundantes; tradição de agricultura familiar; conscientização ambiental. De fraquezas: infraestruturas deficientes; pressões urbanas; poluição em descarte irregular advinda da atividade urbana de Porto Alegre e municípios vizinhos. As oportunidades: demanda por alimentos orgânicos e produtos locais; políticas públicas para agricultura sustentável; parcerias com universidades e instituição de pesquisa; fomentar o aumento da parcela do setor no PIB do Município. As ameaças: vulnerabilidade a mudanças climáticas e competição com municípios vizinhos. A gente trouxe aqui um mapa de produtores rurais de Porto Alegre e os dados disponibilizados a gente pontuou de 2/5 (dois de cinco). Paisagem e patrimônio cultural, a força que a gente identificou foi que Porto Alegre conta com uma rica história, traduzida em seus espaços públicos e edificações, de extrema importância cultural e arquitetônica. As fraquezas foram de que o inventário de compatibilização pode restringir a ocupação da cidade para além da preservação responsável do patrimônio cultural. De oportunidades, a gente identifica a Lei Complementar nº 930/2020, do Programa de Reabilitação do Centro Histórico, valorizando as potencialidades sociais, econômicas, ambientais e funcionais dentro do perímetro de adesão. E o Programa +4D da Regeneração Urbana, envolvendo intervenção e recuperação de bens tombados ou inventariados, áreas ou monumento de interesse cultural, públicos ou privados. De ameaça, a gente também identifica que a restrição do inventário de compatibilização pode inibir a ocupação e interesse no entorno onde o patrimônio se encontra. A gente trouxe aqui o mapa área dos imóveis tombados de estruturação e compatibilização. Os dados disponibilizados a

gente classifica 2/5 (dois de cinco). Para o tema turismo, as forças identificadas é: o 9º aeroporto mais movimentado do Brasil; a intervenção do parque urbano da orla do Guaíba; passaporte turista cidadão; rica historicidade, que também a gente conta na parte de patrimônio. As fraquezas: poucas atrações icônicas para cartão postal; baixa circulação de moedas estrangeiras; pouco incentivo à caminhada e transporte público; ordem inacabada e porto com galpões abandonados. De oportunidades: passeios de Catamarã no Rio Guaíba e passeios de pedestres no entorno do rio; coturismo no Extremo Sul; enoturismo e vinícolas; turismo esportivo, considerando que temos o Grêmio e o Internacional; turistas que visitam a Serra Gaúcha e utilizam Porto Alegre como uma rota; referências em tratamentos de saúde ou consulta médicas. E das ameaças: criminalidade em vazios urbanos, que transmitem senso de insegurança. De dados disponibilizados a gente pontuou 4/5 (quatro de cinco). Esta (*slide*) foi uma das fotos que a gente tirou em uma das nossas visitas e passeios que a gente fez no Rio Guaíba. Do tema de infraestrutura e saneamento as forças foram: altos índices abastecimento de água e coleta de lixo; boa cobertura de iluminação pública e a rede telecomunicações 5G, premiada recentemente. De fraquezas: infraestruturas deficientes em áreas irregulares; baixo índice de tratamento de esgoto frente a quantidade de água consumida. E na medida em que a rede de água se expande as perdas do sistema e seus respectivos custos aumentam. De oportunidades: potencial de investimentos por meio de PPPs e outras formas de financiamento, adoção de práticas sustentáveis para a gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos. E de ameaças: limitações orçamentárias e recursos financeiros; regulamentações e requisitos ambientais cada vez mais rigorosos; vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como inundações e tempestades. E de dados disponibilizados a gente pontua 2/5 (dois de cinco). A gente traz aqui um mapa de problemas de infraestrutura identificados em uma das oficinas comunitárias realizadas. Bom, de serviços públicos e de interesse público, as forças identificadas foram: distribuição dos equipamentos de saúde acompanha a densidade demográfica; distribuição dos equipamentos de educação acompanha a densidade demográfica sem distinção de nível de escolaridade. De fraquezas: equipamentos de saúde com leitos registrados não se expandem por toda cidade urbanizada; falta de adensamento de equipamentos públicos, como escolar, levando ao aumento das distâncias percorridas para acessar serviços públicos; baixa concentração ou até ausência de equipamentos de saúde no norte da cidade. De oportunidades: utilização mais eficiente dos recursos públicos destinados à educação, maximizando a oferta de serviços educacionais sem aumentar significativamente os

custos associados. De ameaças: o abandono das escolas devido ao custo de deslocamento; maior concentração de escolas e alunos na região próxima ao Centro Histórico. E de mapa a gente trouxe a relação da quantidade de equipamentos de saúde por RGP e densidade demográfica. Também é um mapa que a gente mescla dado recebido com variável Proxy e essa temática foi uma temática que a gente conseguiu bastante informações, a gente pontuou aqui 4/5 (quatro de cinco). Dinâmica imobiliária, as forças foram: aumento de 24% no número de lançamentos imobiliários entre 21 e 22; aumento do potencial construtivo com adequação do estoque nas regiões denominadas como Centro Histórico e 4º Distrito. As fraquezas: o Município possui vazios urbanos, imóveis ou glebas e imóveis em situação de abandono; impacto na morfologia urbana através de condomínios e/ou assentamentos informais; valores mínimos e máximos de venda e locação de imóveis muito discrepantes em diferentes regiões do Município. De oportunidades: regularização de imóveis residenciais já existentes; reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre com valorização nas potencialidades sociais, econômicas, ambientais e funcionais; regiões com disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos. E de ameaças: construções em áreas sem previsão para implantação da infraestrutura e disponibilidade de serviços públicos e parâmetros urbanísticos de potenciais construtivos podem restringir o crescimento orgânico da cidade. A gente trouxe aqui um mapa de lançamentos imobiliários de Porto Alegre, em janeiro de 2023, concentrados no terço superior. E os dados disponibilizados a gente pontuou de 2/5 (dois de cinco). De habitação, as forças identificadas foram: bairros de uso misto. Então, nem todas as unidades são de uso residencial, que permite melhor qualidade de vida e menor tempo de deslocamento. De fraquezas: a existência de imóveis abandonados, desocupados ou irregulares, como a gente trouxe ali na dinâmica. Os indicadores de moradias precárias e moradias em favelas estão defasados. Então, isso impede da gente ter uma análise um pouco mais precisa. Oportunidades: regiões com disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, além de proximidade aos polos de serviço; produção habitacional para atendimento ao programa de reassentamento de famílias de baixa renda que residem em locais impróprios. De ameaças: loteamentos e assentamentos irregulares; assentamentos em área de risco; construções irregulares em regiões que não possuem regime urbanístico. De mapa aqui a gente trouxe os condomínios habitacionais de interesse social em Porto Alegre e de dados disponibilizados a gente pontua de 3/5 (três de cinco). Segurança pública, as forças foram: policiamento já é distribuído conforme criminalidade; baixa criminalidade noturna relacionada à boa cobertura de iluminação pública;

vigilância eletrônica e fiscalizações eficientes. De fraquezas: policiamento ineficiente; vazios urbanos em locais subutilizados. Percebam que esse item a gente repete em algumas temáticas; degradação e abandono de imóveis; mais roubos e furtos per capita na RMPA. De oportunidades: câmeras de vigilâncias correlacionadas à queda de roubo de veículos; policiamento em Sarandi, Rubem, Berta, Lomba do Pinheiro e no Arquipélago pode influenciar criminalidade vizinhas; incentivo de fachada ativa visando o aumento de segurança. E de ameaças: proximidade com o município de maior índice de violência na RMPA; sensação de insegurança por baixa iluminação na zona norte e conflitos entre facções criminosas. De mapa a gente trouxe aqui para representar as unidades de seguranças por UEUs urbanizadas e a gente teve uma boa recepção de dados aqui para esse tema. Então, a gente pontuou 4/5 (quatro de cinco). Por fim, a gente trouxe o tema de sustentabilidade. Das forças a gente apontou: a consciência ambiental da população; serviços ecossistêmicos abundantes; diversidade cultural; ativo ambiental relevante, especialmente áreas verdes e recursos hídricos. De fraquezas: drenagem ineficiente; desigualdade social; ocupações irregulares em áreas sensíveis. De oportunidades: potencialidade de recepção de investimentos verdes; legislação de pagamento por serviços ambientais em fase de maturação; potencialidade de reequilíbrio da matriz energética e de transportes; potencial de uso do Guaíba para atividades econômicas sustentáveis. E de ameaças: resistências à mudança e riscos associados às mudanças climáticas. A sustentabilidade foi um tema que a gente teve pouca recepção de dados, a gente pontuou aí 1/5 (um de cinco). E a gente trouxe o mapa de gravame de áreas verdes, praças e parques para representar essa temática. E acho que ela conclui essa parte de caracterização por tema. Como eu disse, é um tema muito extenso e que a gente aprofunda muito mais do que a gente apresenta aqui, mas a gente tentou trazer de forma abrangente essas potencialidades e esses conflitos de cada temática. Agora eu passo a palavra para o Vitor Carvalho, para apresentar essa parte de caracterização do SMGP. Vítor, por favor. **Vítor Carvalho, Ernst & Young:** Boa noite a todos. Minha saudação ao Secretário Germano, aos conselheiros e aos colegas da consultoria. A caracterização do Sistema Municipal de Gestão e Planejamento é o elemento mais jurídico aqui da consultoria. Então, nós fizemos, primeiramente, uma análise da legislação conforme as esferas de governo, Legislação Federal, Estadual e Municipal. Uma análise dos instrumentos disponíveis no Município e depois alguns temas mais específicos que mereciam uma análise detalhada. A questão da expansão urbana do parcelamento do solo, zoneamento, o solo criado, questão das obras públicas e dos assentamentos informais. Na questão da

legislação mais abrangente, nós começamos aqui com a Legislação Federal, procurando nos centrar no que é matéria compulsória ou facultativa para o Plano Diretor. Então, naturalmente, o Estatuto da Cidade é a lei mais importante e as matérias obrigatórias mais relevantes são as zonas urbanas, disposição urbana e urbanização específica e rural, e alguns dos instrumentos de política urbana, não todos. E existe um elenco grande de matérias facultativas, que podem ou não entrar no Plano Diretor, tais como zoneamento, APPs, o Plano de Mobilidade Urbana, os projetos de expansão urbana e a regulamentação dos instrumentos de política urbana. No caso do Rio Grande do Sul é o Estado do Brasil com maior detalhamento de Legislação Estadual. Então, além da própria Constituição Estadual, existe uma lei de desenvolvimento urbano do Estado, que é um fator muito relevante, tem que ser levado em consideração. Então, alguns destaques da Legislação Estadual, a previsão de que as zonas de consolidação urbana sejam contíguas à mancha urbana existente e que tem sempre um zoneamento bem definido. A definição de que os municípios devem ter leis distintas para determinadas matérias, o sistema de planejamento, o Plano Diretor, o Programa Prioritário de Obras e a participação popular. E uma série de matérias a serem incluídas no Plano Diretor, como a estimativa da população, o perímetro urbano, as áreas de preservação permanente, patrimônio cultural, os povos geradores de tráfego, as atividades poluidoras, equipamentos públicos, sistema viário, o uso de ocupação do solo. Outro dado importante quando a gente analisa os fatores estaduais, são os instrumentos estaduais correlatos ao Plano Diretor. No caso do Rio Grande do Sul, o mais relevante é o Plano de Bacia do Lago Guaíba. Lembro que o Estado do Rio Grande do Sul poderia ter, mas não tem, um zoneamento econômico e ecológico, e o Plano de Desenvolvimento Integrado para a região metropolitana ou mesmo o Plano de Desenvolvimento do Estado, que está previsto na Constituição Estadual, mas não foi elaborado. Porto Alegre também tem uma legislação muito densa na lei orgânica, ela também trata do Plano Diretor, é bastante convergente com a Legislação Estadual, prevê a delimitação das zonas urbanas, situação urbana e rural. Existem ainda outras leis importantes, além do próprio Plano Diretor, como a Lei do Centro Histórico, a do 4º Distrito e algumas leis sobre instrumentos específicos. Então, é uma legislação bastante densa e bastante completa que existe em Porto Alegre, considerando as leis federais e estaduais. É muito importante a gente ter presente o que é o sistema atual de planejamento. Quer dizer, é o Plano Diretor de três componentes muito claros, que é o plano estratégico, o próprio sistema de planejamento com regulamentação de instrumentos e o plano regulador, sendo que esse plano regulador cumpre o

papel que outros estados, outros municípios em geral são atendidos por uso e ocupação de solo. Complementado pelas áreas de revitalização que estão previstas no Plano Diretor, para as quais existe a previsão de uma regulamentação específica, que é o que foi feito no 4º Distrito e no Centro Histórico. Os projetos especiais acabam flexibilizando a rigidez do plano regulador, que realmente é muito detalhado, mas através dos projetos especiais acabam tendo uma flexibilidade, que, a meu ver, é positivo. Uma ideia que a gente tem a ser desenvolvida nos próximos produtos é talvez regulamentar melhor esses projetos de área de revitalização, criando um plano específico para essa escala intermediária. E de certa forma que a gente possa ter certa padronização desses planos urbanísticos que vêm depois do Plano Diretor e que são mais específicos para cada região da cidade. Agora, comentando alguns temas específicos, a questão da expansão urbana e do parcelamento do solo, é importante a gente entender que Porto Alegre não faz uso do conceito de disposição urbana. Na verdade, o Plano Diretor prevê os conceitos de área de ocupação intensiva e área de ocupação rarefeita. Então, na prática, é entendido que essas duas áreas são áreas urbanas, não de expansão urbana e nem rural. De todo modo, a gente tem que compreender também que a área de ocupação rarefeita tem características rurais, em grande medida, e apesar disso ela admite o parcelamento do solo que é feito com grande cautela pela Prefeitura. O zoneamento, a gente tem a consolidação no plano regulador, com a flexibilização trazida pelos projetos especiais e temos regras sobrepostas no 4º Distrito e no Centro Histórico, de tal forma que é preciso ler as duas leis simultaneamente para saber exatamente qual é o regime jurídico nessas áreas. O solo criado é um instrumento muito antigo em Porto Alegre, usado desde antes do Estatuto da Cidade, ele é bastante sofisticado comparado com o resto do Brasil. Além dos coeficientes básico e máximo que existem por obrigação do Estatuto das Cidades, existe um sistema de estoques, esses estoques por quarteirão, de tal modo que é preciso não apenas ter os índices básico e máximo, mas também disponibilidade de estoque para que o potencial construtito possa ser adquirido pelo interessado. A fórmula de cálculo da outorga a gente achou um pouco complexa e achamos que poderia ser repensada, talvez simplificada um pouco mais. Os estoques são estabelecidos aqui pelo Conselho, achamos que também os critérios para fixação do estoque poderiam ser melhores discutidos, a gente deveria trazer aqui para o Conselho essa discussão e eles são vendidos diretamente ao empreendedor, a Prefeitura não faz mais uso dos leilões, como fazia no passado. Na questão das obras públicas, o Plano Diretor tem a malha viária básica como um dos anexos, mas muitas outras infraestruturas relevantes não estão presentes. Por exemplo, o

próprio sistema da Trensurb, que não está presente no Plano Diretor e outras infraestrutura de grande porte. Isso leva outras secretarias ou órgãos estaduais, federais, acabem realizando intervenções sem uma previsão expressa no PDDUA. E também não existe nenhuma obrigação de um planejamento urbanístico que venha junto com essas grandes infraestruturas, o que pode gerar problemas de impactos negativos ao redor das grandes infraestruturas. Então, não existe essa exigência em planejamento urbanístico, não existe a exigência de um plano de escala intermediária como um modelo, eventualmente, de um reparcelamento do solo ao redor das grandes infraestruturas para que haja o máximo aproveitamento dessas intervenções. Um dado interessante, que também é o único de Porto Alegre, que a gente vê como positivo, é a conferência do direito de construir sendo usada como forma de pagamento de desapropriações. Não está claramente previsto no Estatuto das Cidades, mas também não há nenhuma inconstitucionalidade por esse fato, pelo contrário, é direito do Município criar essas inovações de emergência pareceu muito interessante. Por fim, a questão dos assentamentos informais, a gente percebe que o Plano Diretor delimita as AEIS, que são aquelas áreas delimitadas, justamente onde estão os assentamentos para que possa haver uma isenção da aplicação daqueles índices do plano regulador. Mas a Prefeitura entende, e é legítimo, que pode haver Reurb fora dessas AEIS. Então, acaba enfraquecendo um pouco a própria importância das AEIS. Não existe um plano abrangente, único, oficial de regularização fundiária para todo o Município, identificando claramente para cada setor se ele vai ou não vai ser regularizado e qual seria a ordem de regularização dos assentamentos. A regularização é feita a partir da demanda que vem de cada assentamento e aí a tomada de decisão. Achamos a fiscalização para novas ocupações também poderia ser melhorada, mas que vai além do Plano Diretor, depende de outros órgãos que fazem essa fiscalização, mas é importante que eles funcionem, porque do contrário a gente estaria regularizando assentamentos que ainda não existem, que vão surgir no futuro. Também existe uma característica específica de Porto Alegre, que existe uma legislação que determina a instalação de água em qualquer assentamento, independente de regularização. Então, é um fator também importante a se considerar. Era isso e muito obrigado! **Gabriela Perez, Ernst & Young:** Obrigado, Vítor. Agora a gente vai apresentar aqui um pouco do comparativo em diferentes escaladas. A gente traz a escala internacional, que a gente abrange o Mercosul, a nacional e a metropolitana. Bom, com relação à escala internacional, a gente traz aqui a informação do IDH e a região metropolitana de Porto Alegre, ela tem um IDH de 0.762, sendo a quarta posição entre 5

regiões metropolitanas analisadas: Santiago, Buenos Aires e Montevidéu. Mas é importante a gente falar que ela tem um nível relativamente alto e desenvolvimento humano, especialmente, quando se compara com IDH nacional, que é de 0.727. Com relação à escala nacional a gente trouxe aqui uma análise do IFDM, que é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, onde ele analisa o desenvolvimento socioeconômico de cada município brasileiro em três áreas fundamentais, que são: emprego e renda, educação e saúde. Porto Alegre está na posição 119 de ranking estadual e 659 de ranking nacional. Considerando que o Estado do Rio Grande do Sul registra um total de 497 municípios, para educação o ranking estadual indica que 70% dos municípios do Rio Grande do Sul têm um índice de educação melhor. Para saúde isso indica que 65% dos municípios têm um índice de saúde melhor, mas, apesar disso, é o Município com mais hospitais no Estado. E de emprego e renda, a gente identifica que nesse caso as capitais de São Paulo e Curitiba são as únicas que apresentam um ranking estadual pior que Porto Alegre. E de crescimento de PIB aqui, de 2002 a 2012, a gente apresenta aqui 4,16% em Porto Alegre e 16% no Brasil como um todo. Por fim, aqui na escala metropolitana, de acordo com a informação da Raiz, Porto Alegre é responsável por 22% dos empregos e 31% da massa de renda do Estado. Então, a gente trouxe aqui informações pontuais, mas só para a gente mapear aquelas que foram as principais destacadas nessa etapa. Com relação à quinta etapa do PDDUA versus as ODSs e a Agenda Urbana, acho que muito provavelmente a grande maioria entenda a relevância das ODSs e a Agenda Urbana para o projeto, mas acho que vale reforçar aqui que dentro do contexto da revisão do Plano Diretor o planejamento da cidade sustentável é um dos principais objetivos almejados. E as metas para se chegar a essa cidade sustentável foram muito bem indicadas pela ONU, através das 17 ODSs, definidas na agenda de 2030, em 2015. E esse objetivo foi reportado pela nova Agenda Urbana, que é focada em impulsionar o modelo global de urbanismo sustentável, visando minimamente atender a ODS 11 de cidades e comunidades sustentáveis. Então, dessa forma, nesse produto a gente teve esse primeiro momento de conseguir trazer a relação entre os indicadores de cada ODS compatíveis com a escala municipal de Porto Alegre e com a realidade do Município. Então, nessa etapa, para além dos indicadores da ODS, a gente também mapeou e interligou os indicadores monitorados pelo ObservaPOA, bem como identificamos alguns indicadores novos. Então, nesse produto, aqui a gente traz a escala entre o total de indicadores, os indicadores das ODSs que são aplicáveis à escala municipal, os indicadores do ObservaPOA e os indicadores que a gente sugere para serem adicionados. Aqui a gente apresenta todas as 17 ODSs, mas acho que

vale a gente só comentar aqui que, obviamente, a ODS 11 é a que possui um número maior de indicadores e em sequência vem a ODS 03 de saúde e bem-estar, depois a ODS 16 de paz, justiça e instituições eficazes. A ODS que relaciona mais indicadores monitorados pelo ObservaPOA foi também a 11, de cidades e comunidades sustentáveis. Já as ODSs que a gente como consultoria sugeriu novos, as que a gente apresentou mais indicadores foram as ODS 3, de saúde e bem-estar, ODS 11 e ODS 16. Na sequência também teve a ODS 01, de erradicação da pobreza e a ODS 04 de educação e de qualidade. Agora eu passo a palavra para a Ana Luiza, que vai explicar um pouquinho sobre como utilizar a ferramenta de tradução, porque o Roberto na sequência vai apresentar em espanhol. [Instrução da ferramenta de interpretação]. **Roberto Convert, Ernst & Young (Via intérpretes Meg e Patrícia):** Olá, boa noite. É um grande prazer estar nesta reunião e também o trabalho incrível que nós realizamos em todo este tempo, acompanhado por uma equipe multidisciplinar muito importante. Também neste diagnóstico de componentes de modelos espaciais, no qual nós tentamos organizar uma análise por meio de todas essas estruturas, caracterização de ocupação, organização, modelos estruturais, zoneamento, condições de sistematizar unidade de sustentabilidade. Na próxima imagem, eu acho que de alguma maneira nós vamos tratar de organizar a visão com a qual nós estamos tentando entender e produzir todas essas revisões. Este contexto temporal e espacial, quando nós produzimos uma realidade, um momento histórico, há uma quantidade de condições culturais os quais o planejamento tem formas de interpretar a realidade, observar e tirar sugestões, nas quais essa visão de estratégia social eram traduzidas ao modelo espacial e deveria ter um modelo de gestão de planejamento com normas, regulamentações e condições de gestão sobre modos de interpretar a divisão do território em áreas. Essa condição que atualmente nós estamos utilizando, com a condição que havia em 2010, mas, além disso, hoje também consiste nesse formato na estrutura principal, temos que entender que essa revisão se faz fundamentalmente a partir das novas condições, que esse movimento humano, movimento social, movimento de transformação da cidade e as condições da cidades, foram geradas ao longo do tempo com a nova Agenda Urbana. Bem, nesse sentido, alguns aspectos nos quais as dimensões são fundamentais á nova Agenda Urbana, porque nessa agenda as condições de sustentabilidade relacionadas com as condições sociais, onde nós agregamos temas, por exemplo, como a diversidade sobre vários pontos de vista, conceitos de sustentabilidade. Aparece também o capital humano, onde o planejamento deve estar preparado para a inovação do trabalho e também para a inclusão social, como parte

desse processo de desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental. Tudo isso são aspectos temáticos estratégicos, relacionados, por exemplo, com condições de nos depararmos com certas dificuldades. E como que nós podemos ter sucesso com tudo isso? A sustentabilidade espacial no território tem dois novos desafios, a equidade é um deles. E como consolidar uma densidade urbana tendo também a atração aos seus habitantes, que permita retê-los e convocá-los? Bem, um dos aspectos fundamentais da nova Agenda Urbana, na qual nós estamos tentando incorporar fundamentos para essa revisão, eles são realizados por métodos de implementação, nos quais a governança tem muitos níveis na relação entre vários aspectos que são fundamentais e estratégicos. Outros aspectos, por exemplo, como métodos considerados duros, que tem a ver com a infraestrutura, nos quais essas infraestruturas significam hoje condições de qualidade de vida, como serviços de redes, que, por exemplo, devem acompanhar o crescimento da cidade, mas se transformaram em uma necessidade básica com necessidades de consolidar algo que se tornou fundamental. Hoje não são apenas aportes que nós fazemos a partir de certas atividades ou de certas atividades que são, fundamentalmente, os conteúdos que dão atrativos e também o desejo de viver, de habitar uma cidade. É incorporar como parte desse planejamento, neste sentido, os temas de tecnologia, de inovação. Eles criaram nos últimos tempos, e diante de tudo, a necessidade de contar com dados de sistemas, como foi explicado que tem a dificuldade de se instalar a realidade da cidade. Por exemplo, a de Porto Alegre. Mas também é certo afirmar que esses dados que nós obtemos fazem parte de um sistema de gestão, esse sistema de gestão por causa das tecnologias de inovação, começam a criar uma nova mediação social, uma nova relação social, inclusive, entre a governança da cidade e também a cidadania. Na próxima imagem, por favor, nós temos aqui, então, essa questão instrumental, na qual a Cidade de Porto Alegre conta com seus fundamentos estratégicos, centros de organização de territórios e também nesses quatro aspectos que são dominantes: a região de planejamento, as macrozonas, 8 regiões de planejamento, 9 macrozonas, 260 unidades de estruturação urbana e também uma quantidade muito mais ampla de subunidades e estruturação urbana. Essa condição é a que nos parece como conceito, porque nós temos que revisar, por exemplo, até onde essa condição pode servir no futuro para a Cidade de Porto Alegre, para se transformar numa cidade com uma dinâmica social, que contenha os aportes, as contribuições com a nova Agenda Urbana. Quando falamos dessa nova Agenda das Nações Unidas, a partir do ano de 2016, quando foi produzida, não devemos nos esquecer de novas condições de qualidade, novas contribuições a

partir das práticas sociais, de diferença, de diversidade que toda cidade possui, novas expectativas, novas condições, também de economia. Inclusive, geradas por meio de dois fenômenos que foram o princípio das nossas cidades. Por exemplo, a pandemia e a pós-pandemia, que são assuntos que nós devemos incorporar nas práticas e na agenda local. Nesse sentido, nós observamos que essas quatro visões que eu acabei de me referir, e na próxima imagem, aqui tem uma ordem com uma análise desses componentes. Eu volto ao ponto que eu já expliquei anteriormente, para entender o processo que nós vamos observar nessa análise que foi feita, para que nós cheguemos a um diagnóstico. A caracterização que está relativa, como escala internacional, nacional, metropolitana e municipal, todas as cidades buscam encontrar como parte dessa rota que dá sentido a sua inserção a seus habitantes, não apenas na sua localidade, mas um território mais ampliado. Esse sentido de ocupar o território que está vinculado justamente às condições de porque existem zonas intensivas, zonas vazias ou não, com densidades diversas. Logicamente que tem a ver com essas condições de entrar nesses territórios de grande escala, territórios da Urb metropolitana, inclusive, que gera tensões na Urb local. Essa condição de organização que está dirigida às condições das macrozonas, os seus limites e depois há o conceito de como nós podemos estruturar esses elementos dentro de um modelo espacial, como é que nós vamos fazer os alinhamentos. Essas zonas, por exemplo, como o uso do solo, como que nós vamos sistematizar os vínculos entre as áreas, a estrutura urbana, como que nós vamos explicar as unidades dentro dessa estrutura como são as normas, que de alguma maneira gera o efeito dentro das condições dos territórios que estamos analisando. Como que nós podemos a partir dessa visão sustentabilidade, que explicamos inicialmente, começar a conduzir um eixo dentro dessa análise de diagnóstico. Mas na próxima imagem nós temos que ter essa visão, que para mim é muito interessante colocarmos aqui diante de vocês, essa estratégia de análise tem certa intencionalidade, há um diagnóstico tendencial com direção a visões que nos permitam encontrar pontos de vista relativos ao futuro, às condições de nova implementação e também essa revisão sobre o plano dessa cidade. Então, o território e sua inserção na escala internacional, nacional, regional, metropolitana e municipal, nós temos esse estudo para entender o comportamento humano diante dessas circunstancias. Há uma circunstancia que começa a ganhar efeito e forma, a forma da cidade em si. Na próxima imagem temos os modos de ocupação desse território, observando essa estratégia de análise macro, que nasce a partir da situação país, região, também a situação da cidade. Nós vamos estabelecer uma condição que nós visualizamos

muito claramente na próxima imagem a seguir, de como esse efeito de territorialização desses territórios, com vários limites dessa cidade. Passando para a próxima imagem, que é onde acontece a principal força da conectividade metropolitana, internacional, local em Porto Alegre. Claramente, ela acontece na zona norte, que é uma zona onde se concentra uma zona intensiva de ocupação e há uma representação, inclusive, das áreas de patrimônio, do trajeto histórico da cidade, as zonas que de alguma maneira representam dinâmicas econômicas, tanto de pequenas e médias empresas, como também de grandes corporações, que acontecem essas dinâmicas de atividade social, que de alguma maneira são uma referência, uma concentração intensa dentro de um formato de uma cidade. Inclusive, aí também se gera a estrutura mais organizada e mais intensa também da mobilidade, tanto primária quanto a secundária. Inclusive, eu diria que essas condições de uma zona muito estratégica, como pode ser essa autopista, que é internacional, que também liga Argentina e Uruguai ou esse corredor ferroviário, ou talvez essa área portuária, que ela estrutura em uma plataforma de presença notável. Por exemplo, é notável este valor estruturador que há na zona norte, que poderia ser, claramente, e deveria ser uma plataforma de valor extraordinário para a cidade. Mas não tem as condições, nem a forma e nem a presença de uma circunstância tão transcendente. Essa zona contém uma estrutura de maior intensidade, ocupação dentro do território. E na próxima imagem explicamos também uma circunstância muito importante, que tem a ver com essa superfície de Porto Alegre, que tem 496 km² e tem 1,5 milhões de população nesses quilômetros quadrados. É importante observar esses dados refletem a forma de uma cidade, uma divisão muito importante, que é importante preservar, cuidar, mas, ao mesmo tempo, devemos representar uma forma notável, importante, significativa para uma nova Agenda Urbana. Quando vamos ao centro desses territórios vemos algo que eu gostaria de ter uma condição de análise no tempo. Essa cidade está dividida entre terços, entre três partes, com densidade alta, média e outro com densidade baixa. O que eu quero dizer com isso é que essa situação de ordem territorial, que poderia ser claramente dominada por condições da qualidade de uso do território, com alta capacidade de paisagem, áreas que são permeáveis, que dá qualidade de vida, inclusive, a esses territórios. Mas, de forma paradoxal, nós temos um território fragmentado com alta densidade, média e baixa. O que representa isso quando nós envolvemos as condições, que nós explicamos de ordem local, também municipal e também a área metropolitana. Essas circunstancias mostram que altas densidades, que é uma hipótese que eu gostaria de explicar, mas trabalhar na proposta do futuro, que não vou explicar agora.

Quando nós temos essa ordem estabelecida de receptividade, essa ordem das qualidades das zonas de densidade média e muito menos a diversidade baixa, a concentração dos habitantes da densidade alta acaba fazendo com que os grandes assuntos que a cidade tem hoje em dia é resolver o crescimento da cidade, que acontece fora da cidade, mas em áreas que são ampliadas, estendidas sobre a metrópole. Podemos dizer que em termos de habitantes Porto Alegre perde habitantes por não dispor de uma ordem integral, que incorpore todas as suas facetas de densidade, que esses três terços não sejam justamente possíveis de atrair essas zonas de qualidades para poder convocar e até, fundamentalmente, reter os seus habitantes. Esse conceito de capital humano, desenvolvimento econômico e também desenvolvimento de qualidade, quando falamos do aspecto de atratividade. Quando nós passamos para a próxima imagem vemos esse conceito de área de ocupação intensiva e áreas de ocupação que são de certa forma rarefeitas, mas vazias, não temos uma descrição tão precisa para falar do crescimento da cidade, mas nós temos aqui uma impossibilidade de organizar um território com base nas zonas seletivas, diversas que ocupem, inclusive, por atração de diferenças a esse território. Há formas que são claramente incorporadas, formas de uso dentro desse território, mas nesse tracionamento da cidade são gerados limites que complicam a expansão urbana. Em muitos casos, uma densificação que tenta ser controlada colabora a não gerar uma cidade compacta, mas certa dispersão da cidade, de forma descontrolada, que você perde a possibilidade que as suas áreas verdes, por exemplo, tenham qualidade, que organizam o território, que ordene o território, de gestão desses territórios e tenham ameaças possíveis de uma perda de superfície a partir da extensão ou da expansão das zonas de ocupação. Na próxima imagem nós de alguma maneira queremos dizer que esse conceito de macrozona facilita a formação espacial de zonas homogêneas também, com algumas disfunções de forma paradoxal, porque nós temos que começar a estabelecer esse conceito claro e possível de revisar. Mas como que nós podemos melhorar e incrementar os conteúdos nessas macrozonas e considerar novos agrupamentos baseados com novas dimensões, que teriam ajustes aos limites, às inteirações, inclusive, a quantidade de macrozona que poderia ter na Cidade de Porto Alegre? Estamos analisando e estudando a maneira que nós estamos fazendo esse projeto. Nós observamos quando vemos a relação entre macrozonas, a 1, 2 e 3, esse norte mais compacto, que estaria conectado ao patrimonial, densificado, ligado também às zonas fluviais, parecia ser que assim como possuem redes de infraestrutura, oportunidades de valor para o futuro, os serviços de mobilidade também muito importantes, um maior valor dentro de

todas as cidades ou dentro dessa cidade, não tem um impacto urbano que estruture o conjunto da Cidade de Porto Alegre, que articule de maneira estratégica os diversos marcos da cidade, que organizam o seu território. Tão pouco, não podemos dizer que há uma condição de ambiente que tenha uma porcentagem importante de áreas livres ou verdes, que consolide uma qualidade de vida estendida a todo o setor da cidade. Eu insisto também que as suas áreas de territoriedade, baseadas na infraestrutura e nos transportes não estão localizadas dentro de uma qualidade estratégica, criando uma plataforma ordenada, mas tem um baixo nível de inserção dentro da cidade. Nos outros setores das macrozonas nós vemos que a zona 9 ou 8, que são áreas verdes grandes, são fluviais, são diversas, são produtivas. Além de ter uma diversidade de paisagem, de ter um solo permeável, de dispor dentro da lógica de vários temas, de também significar a disponibilidade de um turismo natural e produtivo, tem uma hierarquização muito débil dentro da cidade. Não conta com planos de manejo, um vínculo turístico muito débil e uma infraestrutura que ofereça suporte ao seu ordenamento de relações entre as partes. Nessa macrozona mais verde, de áreas grandes verdes, dizemos que é uma estratégia que deve ser cuidada e preservada, temos esses marcos de oportunidades de diversidade, com predomínio das residências, das casas, há uma rede de infraestrutura com menor escala mais importante que a zona norte, mas com uma existência real e visível. Também áreas naturais, que são muito interessantes, que é a zona 8. E uma diversidade com relação às classes sociais e modos de inserir nas formas de usar esses territórios. Mas há uma articulação débil, ameaça permanente quando observamos a expansão sobre as zonas verdes. E há também uma concentração importante no uso do solo. No próximo slide, essa zona 8 parece que adquire uma condição, porque ela tem esse núcleo natural de reserva, de um valor de paisagem muito importante, oportunidade também de turismo dentro da cidade e também de certo patrimônio a ser valorizado dentro dessa característica. Há ameaças que são conectadas com a redução de uma superfície, a ausência de manejo e também um vínculo muito débil com o turismo. Nos pareceria que essa área não está compreendida com uma área de integração. Quando falamos de turismo, não apenas de turismo internacional que se deva explicar ao mundo, mas um turismo local, de recreação, de atividades sociais, culturais, que dinamizam tanto a cidade como os seus cidadãos. Vamos passar para o sul na próxima imagem, essas linhas vermelhas, que parecem ser as estruturantes, mas não parecem ter um valor que hoje em dia possam dar conta da complexidade com a qual a cidade poderia estar mais viva. A expansão dos territórios e que tem a ver com o crescimento do número de habitantes, estão vinculados com as

expectativas dos seus habitantes, os desejos dos habitantes sobre onde, como e de que modo vão habitar a cidade. Essas necessidades estruturantes devem ter outra conexão, que deve garantir justamente uma cidade mista, que é uma das coisas pretendidas pelo PDDUA. Então, é algo que aqui colocamos essa divisão que estão acrescentadas de divisões diárias, mas é uma centralidade de três formatos diversos. Essa alta mistura de uso e baixa que diversifica a cidade em três eixos, que na próxima imagem nós podemos observar que não há uma forma conectada entre as partes e integrada. E na próxima imagem ainda nós podemos ver sequências particulares, que nós queremos ativar, acrescentando também o interesse da nossa proposta, além do diagnóstico, que é uma visão sistêmica. Na próxima imagem nós queremos mostrar, por meio desse diagnóstico, que há uma sobreposição para ter um sistema mais eficiente do ordenamento da cidade. Essa densidade alta, média e baixa tem suas formas diferentes de organizar o território, tem tramas diversas, várias mobilidades, os seus centros distintos. Isso nos obriga a homogeneizar de certa forma a cidade. O que nós devemos fazer é intensificar a mobilidade de três aspectos diferentes que podem ser integrados e gerando maior atratividade e incluir valores que vão potencializar a cidade quando nós, sucessivamente, vamos sobrepor os critérios da mancha urbana dessa cidade e começarmos a ter uma relação possível de tramas, de vínculos, de relações. E vamos passando as imagens, por favor, Ana Luiza. Nós vemos que essas macrozonas coincidem em todo caso com as áreas específicas, regiões de gestão, estratégias ambientais. E aqui nós temos uma estratégia de sobreposição, onde é possível ter uma cidade mais integrada, mais diversa e não de diferenças tão notáveis. Então, temos que ter um conceito deste diagnóstico que vai instalar, que essa zona de privilégio, as fundamentais, de valor, é aquela que têm mais densidade do que a zona norte, a média, ela não é qualificada e a rural é uma zona distante, longe, diferente da zona principal. E parece que nós temos que refletir sobre uma cidade mais integrada, mais sobreposta e respeitando os seus formatos que existem, reposicionando-as da mesma forma. Vamos passar com mais velocidade para que eu possa terminar talvez com alguma análise. O conceito de limite dessas regiões, planejamento, é importante que nós possamos refletir sobre eles. Nós temos uma quantidade de ordenamentos, de módulos e que vão monitorar a dinâmica de mudanças de usos da cidade, não apenas uma região, um critério mais amplo, mas de uma escala mínima. E com esse diagnóstico vemos que Porto Alegre deve revisar o seu plano a partir de voltar a ter uma análise da sua maior escala, de um grau um pouco mais amplo e não das suas mínimas escalas que essas unidades de estruturação urbana se movem. Então, por meio de 260 unidades, que é

uma quantidade muito difícil de ser gerida. É importante talvez ter um conceito de macrovisão da cidade para voltar a revisar os limites das zonas territoriais. Então, é interessante, como dizia o Vítor, falava sobre as áreas espaciais que poderiam ir gerando, que deveríamos pensar nos novos usos, nos novos olhares da cidade, nesses novos desafios com as economias locais, os modelos de assentamento de jovens que podem trabalhar e viver nos territórios. E também essa base etária importa para que Porto Alegre possa gerar dinâmicas modernas dentro da sociedade, que sejam compatíveis com a sua qualidade e diversidade, tipos de habitantes. Nós acreditamos que os regimes de atividade, de instrumento de controle, de visão de terras, poderiam ter uma revisão com uma escala renovada da cidade. E na próxima imagem, vamos terminando com a nova Agenda Urbana, com todos esses conceitos que explicam para articular conceitos da nova mirada no olhar sobre a cidade que estamos fazendo com esses diagnósticos, onde temos o objetivo de sustentabilidade, que é integrar para aplicar de maneira transversal a toda a cidade. Temos que entender que isso é muito interessante para potencializar em qualidade e não dividir a cidade. Esse olhar obriga a ter uma maior qualidade de indicadores urbanos, ou seja, uma recomendação que nós vemos na leitura que foi feita, que é a ausência de dados que nos permitam ter indicadores que contem com a cidade. E na próxima imagem nós devemos entender que a nova dimensão que nós devemos buscar está baseado em critério socioeconômico, ambiental e territorial, que para terminar no próximo slide nos interessa referenciar com esse olhar que tentamos dar, de respeitar os 1984 m² desse permeário por habitante, de localizar essa qualidade de paisagem como o núcleo do futuro da cidade. Criar uma estratégia na qual esses três terços sejam integrados, não fiquem divididos por setores. O último slide mesmo, aspectos culturais, infraestrutural. Nós temos muito capital para trabalhar, porque é uma cidade magnífica, potente, estratégia e também de alto valor agregado para criar uma revisão do plano. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Gabriela. Parabéns pela apresentação a todos. Eu acho que vem a reflexão do nosso Plano Diretor vigente, do nosso desenvolvimento urbano, ambiental e econômico da cidade. Acho que é importante destacar, realmente, o material é bastante denso, aqui foi trazido um resumo de tudo aquilo que foi detalhado através desses relatórios, muitos pontos visualizados aqui a gente compartilha desse sentimento, talvez não de uma forma organizada mas desse sentimento mesmo sobre os aspectos de desenvolvimento, sobre as deficiências da cidade de Porto Alegre, os equívocos, enfim, as potencialidades também. Então, acho que a partir disso a gente tem realmente

bastante trabalho pela frente, para a gente conseguir lá em seguida avançar na efetiva a construção de propostas, a partir desses problemas, dessas reflexões, desses diagnósticos aqui trazidos. Então, obrigado pela apresentação de forma detalhada. A gente avançou um pouquinho na hora, mas eu vou abrir as inscrições para a gente aproveitar a oportunidade. Então, todos aqui presentes, se temos Conselheiros que, eventualmente, querem tirar alguma dúvida sobre a apresentação, faça a inscrição no chat. Então, temos inscrito o Conselheiro Gomes, o Conselheiro Dal Molin, o Professor Joel e Conselheiro Fernando. Vamos oportunizar aqui iniciando pelo Conselheiro Gomes a fala. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite a todos, a consultoria, aos meus colegas Conselheiros, Presidente e colegas da Prefeitura. Eu acho que nós estamos tendo uma oportunidade fantástica de pela primeira vez ter uma visão de planejamento urbano na intervenção do Roberto. Ele traz para nós uma visão de como organizar a cidade, de como ver a cidade, a partir do que eles levantaram, eles apuraram, basicamente, sem menosprezar o que as pessoas antes ali fizeram, todas aquelas apresentações de dados, que não tem novidade para nós. O que significa que as discussões que nós estamos levando para dentro das oficinas estão nos nutrindo de um grande material, tanto que para mim não teve novidade nenhuma. O pessoal teve um trabalho enorme, bacana, eles entenderam a cidade, mas é a cidade que nós já conhecemos, que nós já entendemos. Enquanto que o Roberto organiza essas cartas e tenta colocar algumas diretrizes para a gente discutir como planejamento da cidade. E pela primeira vez em muitos anos que eu estou vendo com muita clareza, e eu já participei de três revisões de Plano Diretor. E o máximo que eu ouvi, lá em 99, foi um argentino que veio aqui, que disse: Olha, vocês tem que fazer uma definição de que Plano Diretor que vocês querem, para que lado que vocês querem ir, porque vocês estão fazendo uma colcha de retalhos do desenvolvimento para Porto Alegre. E agora com essa discussão aí que o Roberto coloca, ele nos induz a organizar os nossos raciocínios para tentar buscar um modelo de planejamento para a cidade. Então, Presidente Germano, a minha proposta assim era de que nós aprofundássemos uma discussão profunda com o Roberto, no sentido de criar uma ideia de planejamento urbano para a cidade. Por favor, sem menosprezar todo o trabalho do pessoal que fez, a gente viu um trabalho de muitos dados e tal, mas eu acho que foi uma coroação de termos uma tentativa de fazermos propostas de desenvolvimento urbano com a palestra do Professor Roberto. Então, uma oficina com o Roberto para discutir melhor essa ideia de planejamento urbano. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário**

Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Conselheiro Gomes. Teremos a chance de aprofundar esse debate, muito bacana a sugestão. Conselheiro Dal Molin inscrito. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, meus colegas. Boa noite aos ouvintes. Eu fico muito feliz com essa explanação da oficina urbana, esse diagnóstico extremamente feliz, dedicado, delicado e me deu muita alegria ao ver um trabalho como esse. Porto Alegre nunca se debruçou da forma como a oficina urbana nos apresentou. Porto Alegre está sempre presa a discussões pobres, como altura de prédios e nunca se debruçou sobre um planejamento urbano, diga-se de passagem, inexistiu planejamento urbano em Porto Alegre por uns 20 anos no mínimo. E agora eu vejo uma ótica contemporânea de urbanismo, que ao mesmo tempo que ela pretende desregulamentar uma das coisas que foi regularizada ao extremo, como o nosso Plano Diretor, que só veio sendo reformado, vamos dizer assim. É a primeira vez que eu vejo uma proposta inteligente para a cidade, contemporânea, com uma visão de futuro, que pretende ver a cidade lá na frente. Então, eu vou deixar para a gente fazer essa discussão, até porque nós temos pouco tempo, mas concordo muito com o Arquiteto Gomes, que a gente precisa fazer mais alguns encontros com a oficina urbana, para que a gente possa se apropriar um pouco mais dessa visão inteligente que foi proposta para Porto Alegre, que isso sim vai fazer com que Porto Alegre, dentro dos próximos 10 a 20 anos, suba muito no patamar de qualidade de vida e de planejamento como nunca se teve. Então, eu quero dar os parabéns. A gente tem que ficar honrados de ter pessoas tão qualificadas e que querem ajudar Porto Alegre a crescer. Então, meus parabéns, não têm palavras pelo trabalho magnífico e agradeço demais a oportunidade, a essa explanação. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, bacana ouvir as suas palavras, que enriquece o nosso trabalho, sem dúvida o trabalho da Consultoria, todo o esforço no sentido de a gente traçar as estratégicas de futuro. E a gente está só no início, ainda temos a etapa de diagnóstico, tem muita coisa boa aí. Professor Joel. **Joel Goldenfum (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Queria agradecer ao trabalho que foi efetuado. Eu quero fazer apenas umas contribuições em relação, principalmente, ao trabalho do Roberto, que eu acho interessante agregar a essa distribuição em três áreas, em três terços, agregar um aspecto de desenvolvimento histórico, que pode ajudar a gente a entender por que aconteceu isso e talvez ajudar na colaboração. Basicamente, esse terço norte, como foi chamado, é o terço histórico do nascimento da cidade, envolvendo

o Centro Histórico e aquela expansão nas áreas mais planas do norte. Já o outro terço, que está divido, o que aconteceu? A expansão para o sul se deu primeiro junto ao Guaíba, onde ainda havia facilidades para colocar. E a outra parte, aquela parte mais ou menos densa, se dá também por questões de relevo. Nós temos que entender que ali existe um relevo mais acidentado, onde complicou um pouco talvez a colocação. Bom, o terço interior ainda é rural, embora em Porto Alegre a gente não tenha essa classificação rural propriamente colocar. Eu acho que a gente poderia pensar, não estou invalidando, pelo contrário, eu acho que a gente pode pensar nessa questão, que o que tem, na realidade, controlado o crescimento da cidade se dá muitas vezes por interesses imobiliários e não, necessariamente, um interesse de planejamento em termos de fluxo, que é muito interessante essa ideia de promover esse intercâmbio entre os diferentes terços. Eu fico preocupado apenas com uma ideia, quando se fala em 1984 m² de área permeável. Bom, área permeável é o que mais me interessa, eu trabalho basicamente com a questão de inundações urbanas, drenagem. Então, realmente, a questão de impermeabilidade é fundamental, evidente, mas eu fico muito preocupado com essa ideia de um número médio. Eu costumo brincar nas aulas que a média ela é muito interessante, se você colocar a cabeça dentro do congelador e os pés dentro do forno ligado, em média a temperatura é bastante agradável, mas não é bem assim, nós vamos continuar tendo áreas de baixa permeabilidade no norte e áreas de grande permeabilidade no sul. E isso não vai melhorar a condição, principalmente, de drenagem ou de outros elementos se a gente simplesmente tentar manter. Nós vamos ter que pensar em maneiras de resolver não só a questão de mobilidade, mas outros problemas que nós temos dentro da cidade, envolvendo áreas de risco, envolvendo problemas de alagamento e inundações, e outras questões, que a gente vai ter que pensar não só nesse número mágico, mas também na forma como ele se distribui. Isso, Roberto, não é uma crítica, é apenas um comentário no sentido de que a gente... Eu tenho certeza que vocês viram os aspectos históricos, mas agregar esses aspectos de como se desenvolveu para pensar em como a gente pode chegar a essa nova dinâmica que você está propondo, como é que a gente pode mudar. A tendência que a gente tem hoje de ser controlado, principalmente por interesses imobiliários, em muitas regiões, não em todas, mas, basicamente, e passar a ser controlado por questões como outras. A questão de mobilidade é fundamental, evidentemente, em qualquer cidade. A gente conseguir juntar esse pessoal que mora na região, você chamou de norte, mas para mim é difícil chamar de norte, para mim é centro da cidade, mas tudo bem. Essa região, geograficamente, mais ao norte, com a área mais

ao sul, que tem com certeza grandes possibilidades, inclusive, de lazer e turismo. Então, apenas uma contribuição nesse sentido, da gente compreender porque isso aconteceu para poder modificar essa lógica, se for o caso, se for da vontade da cidade. Eu ainda vou ler isso aqui com calma para entender, é a primeira vez que eu vejo, mas a minha primeira ideia é que essa força das três áreas se dá principalmente pelo processo como se desenvolveu e para modificar isso nós vamos ter que pensar bem como fazer. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Professor Joel, pela sua contribuição e observação, sempre muito bem-vinda e enobrece o nosso debate. Fernando, do SENGE. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS:** Eu vou me manifestar, apesar do avançado da hora. Mas, antes de tudo, eu gostaria de parabenizar o trabalho, eu achei um trabalho bastante denso, muito interessante, como talvez a gente nunca tivesse visto da forma como foi explanada. Eu quero agradecer ao Roberto, porque apresentou a cidade de uma maneira muito técnica, muito interessante, todo baseado no trabalho que antecedeu de todos os técnicos da Prefeitura e tudo mais. Mas de qualquer forma eu fiquei muito feliz em assistir essa apresentação hoje. Eu acho que dessa forma vai contribuir muito no novo Plano Diretor, que eu acho que vai ser um ícone no Brasil em termos de planejamento urbano. E pela primeira vez a gente fala em planejamento urbano e não em urbanismo puramente. Então, acho que isso foi muito salutar, muito interessante e eu queria simplesmente pedir a palavra para parabenizar a equipe da SMAMUS e principalmente na pessoa do Roberto e sua equipe, e a Oficina Urbana. Obrigado aí e uma boa noite a todos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Fernando. Eu não sei, em função do adiantado da hora eu só passo para o Diogo fazer um arremate final. Temos ao longo deste ano inúmeras outras oportunidades a partir desse diagnóstico para que a gente consiga construir as propostas. E eu não tenho dúvida que vão ser muito ricas, porque a gente tem expertises dos mais diversos olhares internos e tudo isso vai fazer com que a gente crie propostas para realizar o nosso Plano Diretor, para ser uma referência no Brasil. Diogo, gostaria de oportunizar outras falas ainda ou já faz o encerramento? **Diogo Mac Cord, Coordenador da Ernst & Young:** Germano, eu acho que a apresentação foi bastante completa. Eu queria novamente agradecer todo o time, Gabi aqui com todo o time que trabalhou demais nisso, o Roberto, o Vítor, a Rose, toda a equipe. Foram muitas noites viradas de trabalho e para a gente é uma honra poder fazer parte desse projeto. E

com certeza temos os incentivos alinhados, da mesma maneira que para vocês a coisa mais importante, possível é uma Porto Alegre melhor, para a gente também, o sucesso desse trabalho é certamente o nosso objetivo principal. Então, muito obrigado, Secretário Germano, Patrícia. Novamente para a gente é uma honra muito grande poder contribuir para Porto Alegre do futuro. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Obrigado, Diogo, Gabi, Roberto, Vítor, todas apresentações muito ricas. Patrícia, em teu nome a todo time da Secretaria, que também vem se dedicando, subsidiando com informação, debatendo, aprimorando todo esse processo, que é muito rico, uma oportunidade única que Porto Alegre tem de fazer as suas reflexões do que deu certo, o que não deu certo, aprender com experiências de outras cidades, outros países. Enfim, eu acho que as oportunidades têm sido muito ricas aí de aprendizado, de troca com todo o nosso time. Então, obrigado a todo time. Desejo uma excelente noite a todos que nos assistiram aqui, Conselheiros e todos aqueles que nos acompanham no canal da SMAMUS. Boa noite a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h18min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

Ata aprovada na sessão CMDUA de 04/07/2023, por maioria.

Favoráveis: DEMHAB, EPTC, GP, METROPLAN, SMAMUS, SMDET, SMOI, SMGOV, ABES, AREA, SENGE, SINDUSCON, SOCECON, RGP2, RGP3, RGP4, RGP6, RGP7, RGP8, OP;

Abstenções: ACESSO, IAB-RS, RGP1, RGP5

Contrários: -